

Jornal do

SINTUFES

 www.sintufes.org.br  Facebook.com/Sintufes

Filiado à **Fasubra**

Informativo do **Sindicato dos Trabalhadores na Ufes**

Nossa carreira POR UM FIO

Após acabar com aposentadorias, governo mira a reforma administrativa no serviço público

Págs. **04 e 05**

SERVIÇO PÚBLICO

GOVERNO

EXONERAÇÃO

ASSÉDIO

SEM
CAPACITAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO

FIM DA
ESTABILIDADE

#Faladiretoria

“Juntos, ficamos mais fortes”

Com o PCCTAE na corda bamba, diretoria reforça importância da união da categoria em defesa da carreira e de outras conquistas

Pág. **02**

#CortesnaEducação

Ações em defesa da Ufes

Representante do Sintufes apresenta propostas de enfrentamento, em audiência, na qual o reitor é questionado por penalizar a categoria

Pág. **03**

#PlantãoHucam

Sindicato atua para reduzir danos

Fim da flexibilização da jornada traz graves transtornos, como afastamentos por doença. Mas é importante reconhecer os pontos positivos do acordo

Pág. **07**

Unificar para se fortalecer

Você tem noção da importância do Plano de Carreira e Cargos dos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE – a Lei 11.091/2005) para sua vida funcional? O incentivo à qualificação para quem tem doutorado (em área correlata) é de 75% sobre o vencimento-base. O percentual é muito grande.

Ou seja, em que pese nossa carreira tenha o menor piso do Executivo Federal, as progressões que temos em nosso PCCTAE são deveras importantes. Sem falar no incentivo à capacitação, que faz com que o técnico possa ter o reajuste do step (3,9%) a cada 18 meses, a partir da avaliação de desempenho.

Pois então. Antes de falarmos sobre a importância da sua mobilização para defender o PCCTAE, é muito importante termos lealdade à história de luta do nosso sindicato e da nossa Fasubra. Ou você acha que o governo federal editou a Lei 11.091 por livre e espontânea vontade?

O nosso plano foi conquistado por conta de muita, muita, muita luta: em forma de greve! Em 2004, a companheirada fez greve nacional que culminou com a aprovação da lei no ano seguinte. Foram semanas, fechando os antigos portões da Ufes, fazendo piquete nos caracóis da passarela que foi demolida, panfletagem nos campi, nas ruas. Foi tenso! Como é o caso de toda greve, o último recurso que o trabalhador tem para que suas reivindicações sejam atendidas. Mas a luta valeu a pena.

Agora, estamos numa conjuntura que é a mais perversa desde a redemocratização do País, em meados dos anos 1980. A UFRJ disse que vai cortar atividades, pois está sem grana. A situação da Ufes também é caótica. E o senhor presidente, que se dizia o arauto da ‘nova política’ tirou quase R\$ 1 bilhão do MEC para comprar votos para aprovar a reforma da Previdência na Câmara distribuindo mais de R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares.

Estamos numa corda bamba, prestes a perder nosso PCCTAE, se aposentar mais tarde e com menos dinheiro, e ver a privatização se infiltrar como nunca na universidade pública. Mas temos saída: a luta unificada. Juntos não cairemos, porque ficamos mais fortes.

**Diretoria Colegiada
Gestão Resistir e Avançar
2019-2022**

#InformesdaCIS

CIS cobra licença capacitação no Hucam

Ebserh vem dificultando liberação de trabalhadores

A Comissão Interna de Supervisão da Ufes (CIS/Ufes) vem lutando em defesa da licença capacitação dos trabalhadores do Hucam. Em reunião com a Ebserh (foto), em agosto, a CIS cobrou que a gestão da Empresa garanta o afastamento, previsto na Lei 8112/1990 (RJU).

“Os técnicos lotados no Hucam estão com dificuldades para tirar suas licenças capacitação, conforme determina a lei, que diz que a cada quinquênio, o trabalhador tem o direito de tirar de 30 a 90 dias para realização de curso de capacitação a fim de desenvolver suas atividades laborais”, assinala



o diretor do Sintufes e representante da CIS, Ivan Gomes.

A Empresa Brasileira disse que não poderia liberar o trabalhador por conta da demanda de alguns setores, mas diante da cobrança da Comissão ficou de encontrar alguma solução para isso.

NADA DE BOLSAS DE LÍNGUAS!

A CIS/Ufes e o Sintufes estão cobrando da gestão da Ufes a oferta de bolsas de línguas para técnico-administrativos. Não foi aberto o processo para iniciantes. “É reflexo dos cortes de verbas para educação. Mas vamos cobrar um posicionamento da Ufes”, assinala a diretora do Sintufes e representante da CIS, Alvaléria Cuel.

#Convênios

Veja os benefícios dos filiados do Sintufes

O Sintufes tem uma lista de convênios para beneficiar as/os filiações/os do sindicato em setores, como: farmácias, faculdades, escolas, turismo, lazer etc. Saiba mais: na seção de convênios no site ou por telefone: (27)3227-4000 - ramal de Convênios. A listagem pode ser conferida da página do sindicato também: www.sintufes.org.br.

#AconteceNaUfes

Acompanhe o Comitê em defesa da Ufes

O Comitê em Defesa da Ufes (Sintufes, Adufes, DCE/Movimento Estudantil e gestão da universidade) está à frente da organização das atividades que vêm sendo realizadas contra os cortes de verbas para a educação pública. A previsão do Comitê é seguir convocando ações nos próximos meses, a fim de reverter os ataques do governo às universidades.

Representante do Sintufes aponta ações em defesa das Ifes

Reitor mostra situação drástica de contas da Ufes e recebe críticas por tomar decisões contra a categoria

O ex-coordenador da Fasubra Gibran Jordão, a convite do Sintufes, fez uma fala em nome da categoria dos técnicos, na audiência pública, que o Comitê em Defesa da Ufes, realizou no dia 20 de agosto, no Teatro Universitário, em Goiabeiras.

Para Jordão, “nós estamos diante de uma guerra, contra o avanço da extrema direita, que precisa ser travada para defender as universidades”.

Nesse enfrentamento, ele aponta três ações em defesa das instituições:

1 - Debate ideológico: mostrar a nossa concepção de mundo e de universidade;

2 - Levar a universidade para os bairros: para que a sociedade saiba o que se produz nas instituições federais;

3 - Aumentar a ocupação das ruas! Tomar cada vez mais as ruas, construir a unidade entre trabalhadores e estudantes e ocupar cada vez mais o espaço público.

Situação da Ufes. De acordo com o reitor da Ufes, Reinaldo Centoducatte, os cortes de verbas da



Sintufes faz intervenção em audiência pública, e ex-diretor da Fasubra revela três caminhos de luta

educação pública promovidos pelo governo Bolsonaro tornam insustentável a manutenção da universidade nos próximos meses.

“A Ufes caminha para um déficit em torno de R\$ 30 milhões até o final do ano. Esse déficit não aconteceria se o que foi aprovado no orçamento de 2018 para 2019 fosse cumprido”, assinalou.

Segundo o reitor, a Universidade, para o custeio mensal, tem “cerca de R\$ 2,9 milhões para pagar as contas que são equivalentes a R\$ 6 e 7 milhões/mensais”.

Críticas ao reitor. Durante o debate, o reitor foi duramente criticado por ter penalizado os técnicos,

exigindo compensação de horas de quem participou das atividades em defesa da educação pública e contra a proposta de reforma da Previdência, em 14 de junho.

Além disso, é importante lembrar que Centoducatte, que está há 15 anos na Reitoria (vice-reitor de 2004 a 2011, e reitor desde então), deveria ter uma gestão mais aberta, dando mais voz e espaço para a comunidade universitária fazer a luta em defesa da universidade pública.

Intervenção. O Sintufes realizou intervenções em defesa da Ufes durante a audiência.

#Flexibilização

Gestão da Ufes insiste na IN-02

Além dos ataques do governo à educação pública, a própria gestão da Ufes insiste em adotar medidas que vão na direção da privatização, da precarização e da retirada de direitos, sobretudo no que tange à categoria dos técnicos.

A Progep/Ufes está implantando a Instrução Normativa 02/2018 (do antigo Ministério do Planejamento) na resolução do Consuni 34/2018. E vem fazendo isso mesmo diante do

Sintufes e de representantes dos técnicos no Conselho Universitário apontando que a normativa tem pontos inconstitucionais e que vai trazer prejuízos aos trabalhadores, comprometendo à flexibilização da jornada.

Uma insistência desnecessária por parte da Progep/Ufes. Sem falar que, em um momento de crise, a jornada flexibilizada pode ser uma opção de redução de despesas.

#EncontroFasubra

Mulheres da categoria em Brasília

O Sintufes participou do Encontro Nacional de Mulheres da Fasubra, realizado nos dias 12 e 14 de agosto, em Brasília. Momento alto do evento foi a participação das mulheres dos sindicatos de base da Federação de todo o Brasil, na 6ª Marcha das Margaridas. A categoria da Ufes/Hucam foi representada no encontro pela coordenadora do Sintufes, Luar Santana e pelas filiadas Maria Aparecida Alves Souza e Vanda Menezes.

Reformas da destruição

Propostas de alterações previdenciária e administrativa se configuram em grandes ataques aos serviços públicos

Você sabe quais impactos as propostas de reforma da Previdência e de reforma administrativa do governo federal terão na sua vida funcional? Em linhas gerais, caso o Senado Federal aprove a PEC (Proposta de Emenda à Constituição 06/2019 – de reforma da Previdência), a classe trabalhadora vai ter que trabalhar mais, pagar mais e receber menos dinheiro em suas aposentadorias.

Porém, se a reforma da Previdência for mesmo aprovada, ela será apenas o início da destruição. É que outras propostas

vão entrar em cena. Uma delas, em especial, vai representar um grave ataque à vida funcional dos servidores públicos federais (SPF).

É a proposta de reforma administrativa no serviço público. Ela vai se configurar em um ataque que pode representar o fim da ‘tão sonhada’ carreira pública, sobretudo no Executivo. Isso porque, o governo federal quer acabar com a estabilidade e dificultar a progressão que nossa categoria tem no PCCTAE.

Atualmente, com estabilidade e progressões – por capacitação e qualificação, lutamos

para aumentar os prazos para progredirmos na carreira. Já o governo quer que as progressões demorem mais para serem alcançadas.

Agora imagina se a progressão ficar mais demorada, se a estabilidade cair, deixando o trabalhador cada vez mais à mercê do assédio moral, do adoecimento, da exaustão profissional e com aposentadorias cada vez mais enxutas. O serviço público vai se tornar um martírio.

SERVIÇO PÚBLICO

GOVERNO

“Nada está tão ruim que não possa piorar”

Previdência. Uma das propostas que saíram da PEC 06/2019 foi a de capitalização como uma alternativa para a previdência do trabalhador. Ela saiu, né? Mas pode voltar.

“O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou hoje (06/08) que a discussão sobre o regime de capitalização da Previdência poderá ser retomada na chamada PEC Paralela, que será criada no Senado para a inclusão dos estados e municípios

nas novas regras previdenciárias”, informou o Estadão.

Já no início da madrugada do dia 7, a Câmara aprovou a reforma em segundo turno, com os favoráveis vendendo a lorota que a reforma é a solução para as finanças do Brasil.

Administrativa. Em 4 de agosto, a jornalista Paloma Savedra começou dessa forma, a Coluna do Servidor, do Jornal O Dia:

“Um recado do governo federal

ao funcionalismo já foi dado de forma clara: mudanças no serviço público estão por vir. Discursos do ministro da Economia, Paulo Guedes, e de integrantes de sua equipe sinalizam que, além de cobrarem mais produtividade, há intenção de mexer na estabilidade de servidores da União”.

Ninguém acredita que o governo federal vá retroceder a essa política por livre e espontânea vontade, não é mesmo?

O caminho é lutar!

“A Fasubra e as outras entidades que representam os servidores públicos federais, não têm muito o que fazer. Esse governo nem sequer vai abrir diálogo. A solução é a luta nas ruas. Do contrário, veremos nossa carreira ir pelo ralo, assim como os serviços públicos em si”, assinala a diretoria colegiada do Sintufes.

Progressão e estabilidade na mira do governo

O ataque do governo e do Congresso à aposentadoria (reforma da Previdência) vai maltratar toda a classe trabalhadora: do setor público e da iniciativa privada. Para os servidores públicos, que não têm FGTS, o ‘bolo de ataques’ conta também duas cerejas:

A primeira delas é a proposta de reforma administrativa no serviço público, que nem tem ‘nome’ ainda. Mas já é aguardada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, contando com a agilidade de Paulo ‘Privatiza Tudo’ Guedes, que se pudesse privatizaria até a Presidência da República.

A segunda delas, que poderá entrar no bojo da primeira, é o fim da estabilidade no serviço público. Esta já tem nome: é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/2017, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que regulamenta a demissão de servidor estável.

Ataques em números

◆ Previdência

“Em dez dias, o governo Bolsonaro liberou R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão em emendas individuais apresentadas por 550 deputados e ex-deputados federais”, informou o portal Exame, em 14 de julho. Segundo a reportagem é o maior valor já liberado para parlamentares na história. Maior que o de Temer para ‘comprar’ o impeachment de Dilma.

Sem falar na verba publicitária, que injetou milhões de reais em emissoras de rádio e tv.

‘Ralar até morrer’. O servidor terá de contribuir por 40 anos para receber 100% da aposentadoria. Se contribuir 25 anos, vai ganhar apenas 70% da média salarial.

◆ Progressão

O principal objetivo do governo federal é alargar o tempo em que um servidor poderá chegar ao topo da carreira. Atualmente, quem trabalha na Ufes, alcança o topo faltando, em média, dez anos

para se aposentar.

A progressão por mérito profissional é a mudança do padrão de vencimento (que vai do 1 ao 16, dentro de cada classe), a cada 18 meses. A Lei nº 11.091/2005 (PCCTAE) organiza os cargos em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E). Cada classe é dividida em quatro níveis de capacitação, e estes em 16 padrões de vencimento. O incentivo à capacitação marca a passagem de cada nível. O ‘step’ (3,9%) é o percentual de reajuste salarial em cada uma dessas mudanças.

A outra progressão é por incentivo à qualificação (graduação, pós, mestrado etc). Anexo IV do PCC-TAE. Quem tem doutorado em área com relação direta ao cargo, pode ter 75% de reajuste sobre o vencimento-base, valendo já no estágio probatório, inclusive.

Mas o governo quer tornar o nível 16 inalcançável. E já fala em tirar o Anexo IV da aposentadoria, que já perde o tiquete, a insalubridade etc.

◆ Estabilidade

Em que pese o PLS 116/2017 seja inconstitucional em sua origem, se ele for aprovado, poderá sim ser usado para demissões de servidores públicos federais. A Emenda Constitucional 12/1998 modificou o artigo 41 da Constituição, possibilitando que o servidor que não obtenha aprovação nas avaliações de desempenho possa ser demitido. Sem falar que, com um governo autoritário e vingativo, aprovar uma lei inconstitucional é ‘pá e bola’.

◆ Redução salarial

Em agosto, o Supremo formou maioria contra a proposta de redução salarial de servidores públicos prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. A decisão impossibilita que haja redução de jornada proporcional à salarial, inclusive. Mas é preciso ficar atento, pois o governo pode tentar, de outra forma, fazer valer a redução salarial proporcional à redução da jornada a fim de fazer ajustes nas contas públicas.



Você conhece as “Mães da Praça de Maio”?

Momento histórico: aposentadas/os farão primeiro passeio cultural internacional, na Argentina, em outubro

Você conhece alguma mãe que não sabe onde está seu filho? Em busca de seus rebentos desaparecidos, durante o golpe militar na Argentina, entre 1976 e 1983, mulheres se reuniram e formaram uma associação conhecida como: Mães da Praça de Maio.

Criado em 1977, o coletivo fazia passeatas, na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, sede do governo argentino, contra as atrocidades cometidas pelo regime militar. Elas usavam lenços brancos na cabeça, representando as fraldas de seus filhos desaparecidos. A associação se mantém até hoje e realiza protestos – contra o atual governo Macri, inclusive, às quintas-feiras.

O Sintufes levará um grupo de aposentadas/os à capital argentina, Buenos Aires, para conhecer de perto a história das “Mães da Praça de Maio”. O grupo está angariando recursos para custear a viagem.

“Estamos numa conjuntura política que em muito se aproxima a de estados ditatoriais aqui em nosso País. Então, resolvemos fazer uma atividade de formação política, pois as Mães da Praça de Maio fazem essa



Foto: Georgez/Wikipedia.

luta em busca de seus filhos desaparecidos na ditadura da Argentina”, expõe o coordenador de Formação Sindical do Sintufes, Wellington Pereira, que está contribuindo com a organização da atividade, tendo apoio da Coordenação de Aposentadas/os do sindicato.

“Além da formação, vamos aproveitar a oportunidade para conhecer Buenos Aires, realizando a primeira viagem internacional do nosso coletivo de aposentadas/os”, complementou Pereira.

Segundo ele, a previsão é de que a atividade cultural seja realizada entre os dias 27 e 31 de outubro.

AGENDA DOS ENCONTROS



Os próximos Encontros das/os Aposentadas/os serão em:

- 20 de setembro;
- 18 de outubro;
- 22 de novembro.

Sempre às 10h30, às sextas-feiras, em Goiabeiras.

#CampiAvançados

Diárias e bolsas suspensas no interior

“Estão suspensas ajudas de custo para eventos fora de São Mateus e bolsas de iniciação científica”, noticiou o portal Tribuna do Cricaré, em 15 de agosto, falando sobre o corte de recursos feito pelo MEC e de seus impactos no Ceunes. Em Alegre, a situação não é diferente.

Por isso que a luta em defesa da educação pública também vai passar pelos campi avançados. O Comitê

em Defesa da Ufes (Sintufes, Adufes, DCE/Movimento Estudantil e gestão da universidade) vai promover um debate discutindo os impactos que o Programa Future-se, nas próximas semanas.

Assembleias. Em breve, o Sintufes vai divulgar informações sobre assembleias que vai realizar em Alegre e São Mateus, aproximando o sindicato da categoria.

#Esportes

4ª Corrida Rústica marca o Dia do Servidor

O Sintufes já vem organizando mais uma edição da já tradicional Corrida Rústica das/os trabalhadoras/es. Esta será a quarta edição do evento, que integra as atividades realizadas pela Ufes em lembrança ao 28 de outubro, Dia da Servidora e do Servidor. Em breve, o Sintufes vai divulgar mais detalhes sobre a corrida.

ACORDO (13 PLANTÕES) COMEÇA A VALER

Diante da conjuntura de ataques, Sintufes aponta vantagens no que foi pactuado



Luta! Negociações vêm desde setembro de 2018, e o sindicato sempre as levou para assembleias, como esta em abril

Após muitas negociações, a proposta de 13 plantões por mês (mais curso de capacitação) começou a valer no Hucam no mês de julho. O acordo, firmado entre o Sintufes e as gestões da Ufes e do Hospital, não é o ideal. Mas diante da conjuntura de ataques aos direitos trabalhistas e à classe trabalhadora, o acordo traz vantagens.

Uma delas é a possibilidade de compensação das horas via curso de capacitação (que deve ser 50% online e 50% presencial). Vale destacar que nos demais campi da Ufes, ninguém pode fazer mais compensação, a não ser a da jornada especial.

Além disso, se não fosse o empenho do Sintufes, realizando reuniões e deliberando as negociações em diversas assembleias, como a de 4 de abril deste ano (foto), os plantonistas nem sequer teriam a opção de um número fixo de plantões por mês. Mas o sindicato, desde quando foi publicada a Instrução Normativa 02/2018, em setembro passado, vem discutindo com a categoria e negociando com as gestões da Ufes e do Hucam para evitar maiores danos aos plantonistas do hospital.

Afastamentos. Outra questão que deve ser analisada como uma conquista está na portaria da Ufes 917/2019, que faz uma alteração na 697, de junho de 2019, que é fruto da negociação do sindicato. Em relação a férias, licenças e afastamentos, será da seguinte forma: 13 plantões (e 30 minutos para troca de plantão) menos a quantidade de horas referentes os dias úteis (8h por dia) contidos no período de férias, licenças e afastamentos, dividido por 12 horas e 30 minutos.

Qualidade de vida. A situação de quem trabalha no Hucam está muito difícil. Mas é inegável que a redução de plantões ajuda a dar um pouco mais de qualidade de vida para a categoria. E a luta do sindicato pela redução e pelo número fixo de plantões foi nesse sentido.

Em avaliação. Depois de ajustes, ruídos, mudança da gestão do Hospital e da tentativa da Progep de inserir itens da IN-02 no acordo, agora a escala de 13 plantões está valendo e está sendo avaliada. O sindicato vai seguir de olho nessa avaliação e vem fazendo reuniões setoriais para acompanhar de perto a questão.

“Nos sentimos desrespeitadas/os”

“As/os trabalhadoras/es estão realmente estressadas/os, adoecendo, insatisfeitas/os, indo trabalhar desmotivadas/os. Tinha uma alegria maior, que não vemos hoje. Estamos nos sentindo maltratadas/os, desrespeitadas/os. É fácil ver alguém que esteja reclamando ou que esteja insatisfeita/o. Estamos descrentes, sobretudo as/os servidoras/es mais antigas/os”.



“Parece que funcionava melhor”

O hospital sempre funcionou muito bem com a jornada de 30 horas e com os plantonistas fazendo a escala 12x60 (dez plantões por mês). Parece que o hospital até funcionava melhor antes que agora. Aumentou o número de servidoras/es, a carga horária aumentou, mas hoje, às vezes, tem setor que tem um funcionário sozinho para atender dez, 12 pacientes. Podemos até avaliar que a Ebserh trouxe algum benefício administrativo, mas na nossa atuação não vemos uma mudança para melhor”

E a adesão à escala de 13 plantões?

“Ouvi de várias/os colegas que decidiram fazer até 15 plantões, por não querer pagar com cursos. Até porque muita gente não tem como fazer, já que o curso tem que ser feito fora do expediente – tanto a parte online quanto a presencial. Então, tem uma parcela que decidiu não aderir. E isso acaba sendo ruim diante da gestão do Hospital, após toda luta do sindicato para conseguir fazer o acordo”.

Então o acordo não foi vantajoso?

“Lógico que não é o ideal, mas diante do momento que estamos vivendo e apesar das dificuldades para realizarmos os cursos, o acordo foi um caminho que o Sintufes teve para, ao menos, manter 13 plantões fixos, pois a maioria dos meses estava saindo com 15 plantões”.

Entrevistada: Renata Cristina Correia da Silva Amorim, auxiliar de enfermagem da Nefrologia do Hucam.

Invista na Ufes: lute por ela!

Ofensiva do governo contra universidades pode representar o fim da educação superior pública

A julgar pelos posicionamentos do atual governo federal sobre a educação superior pública no Brasil, o acesso à universidade será feito via um 'cartão de crédito'. Brincadeiras à parte, por mais que não cheguemos a ter um 'Ufescard', a política do governo para com as instituições federais de ensino superior (Ifes) visa tratar a educação como mercadoria.

É por isso que a comunidade universitária e a sociedade em geral precisam apoiar a luta em defesa das Ifes. Pois o melhor investimento que podemos realizar em favor da universidade é lutar para que ela continue pública e de qualidade. Para reforçar essa luta, o Sintufes – com Adufes, DCE e outros movimentos, lança a campanha “SOS Ufes: a Universidade está em Liquidação”.

Ela tece críticas também ao programa Future-se, do MEC. Em que pese ainda seja um projeto, o Future-se tem como objetivo permitir que as universidades façam convênios com organizações sociais. E visa estimular que as Ifes possam captar recursos próprios para auxiliar na manutenção de seus campi e serviços.

O MEC diz que não é privatização, mas sim que se trata da criação de uma nova forma de financiamento para as universidades.

Porém, a avaliação é que o Future-se vá representar a privatização das universidades. Por isso, do debate público, organizado pelo Comitê em Defesa da Ufes (Sintufes, Adufes, DCE e gestão da universidade), em 20 de agosto, foi tirado o encaminhamento para que o Conselho Universitário da Ufes aprove uma moção contra o Future-se. A Fasubra já divulgou nota contra o projeto.

Afinal, o governo retira o máximo de dinheiro das Ifes (os cortes na



Campanha em defesa da Ufes é lançada

educação passam dos R\$ 6 bilhões) e depois oferece o Future-se como o 'remédio' para salvar as universidades da crise. Balela! Ele quer privatizar. Nosso maior investimento em favor das universidades está em nossa força para lutar em defesa delas.

SOS Ufes: a Universidade está em liquidação

A campanha “SOS Ufes: a Universidade está em liquidação” foi lançada pelo Sintufes, Adufes, DCE e outros grupos organizados, em agosto. Ela vem para alertar e convocar a comunidade acadêmica e a sociedade capixaba a lutarem contra o projeto do governo federal de sucateamento e privatização das instituições federais de ensino superior, que ganha força com o programa Future-se, do MEC. Conheça mais sobre a campanha na página do Sintufes e entre nesta luta!

#EleiçãoReitor

Bolsonaro pode escolher aliado

Em outubro deste ano, a comunidade universitária vai definir o próximo reitor da Ufes. Apesar de o peso dos votos, de técnicos e estudantes, continuar menor que dos docentes, a consulta pode não ser definida como as últimas foram.

Vale lembrar que, após a votação, as chapas mais bem votadas

são submetidas à Presidência da República. No entanto, nas últimas consultas, a Presidência sempre apontou para a Reitoria o candidato mais bem votado pela comunidade universitária.

Já Bolsonaro poderá escolher um aliado político. É que há um professor, que é assessor do MEC, tão

à direita quanto o presidente tem se mostrado ultimamente. E, ainda que não fique em primeiro, poderá ser a escolha do presidente, que é alheio à democracia, curte nepotismo e vive achando que o comunismo vai sair da terra dos campi universitários para assumir o Planalto. Olho vivo, gente!